

**A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAHYBA NOS ESCRITOS  
DE WILSON NÓBREGA SEIXAS (1987): UMA ANÁLISE  
HISTORIOGRÁFICA**

Elyonara de Brito Lyra Targino

Mestranda em História pela Universidade Federal da Paraíba

[naralyrat@hotmail.com](mailto:naralyrat@hotmail.com)

Dissertar sobre a nossa Santa Casa seria, na realidade, reconstituir uma parte da História da Paraíba, que é impossível estudar uma sem ter em vista a outra. Não seria exagero algum afirmar que ambas são a mesma história, porquanto ambas analisam os mesmos acontecimentos históricos desenrolados no mesmo panorama social e político, que fora a colonização da Paraíba (SEIXAS, 1987, p. 25)

A epígrafe em destaque é parte do livro de Wilson Nóbrega Seixas (1987), *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba – 385 anos*, em que o autor destacou a importância da história da Santa Casa da Misericórdia da Parahyba. Em seu discurso, o autor argumenta que não é possível estudar a Paraíba, seja em tempos coloniais, imperiais ou republicanos, sem pensar e refletir sobre a efetiva participação da Santa Casa da Misericórdia da Parahyba na história da mesma. Este posicionamento defendido pelo autor, a respeito da instituição, enfatiza a importância da Santa Casa da Misericórdia, bem como justifica sua escolha temática e de objeto.

Durante o século XIX, a Santa Casa da Misericórdia foi uma instituição considerada importante por seus contemporâneos, e tinha uma influência política, social e econômica na vida da Província da Parahyba<sup>1</sup> desde o período colonial. O papel desempenhado pela Instituição estava estritamente ligado com o caráter filantrópico e de assistência aos *pobres* e *desvalidos* da Província, que dependiam do atendimento prestado pela Santa Casa da Misericórdia. Como afirma Alves (2018), dentre as

---

<sup>1</sup> Compreendemos que há diversas formas de escrever Paraíba/Parahyba/Parahiba. Neste trabalho, optamos por utilizar a grafia Parahyba.

atividades desempenhadas pela Santa Casa da Misericórdia, estão o atendimento as crianças abandonadas, o enterramento de pobres, escravizados e/ou membros da irmandade, asilo para alienados, administração do Hospital de Caridade, entre outros.

Além da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, o Hospital da Santa Casa (ou Hospital de Caridade, como também era chamado), teve uma relevante participação no acolhimento, tratamento e na cura de doenças, principalmente em épocas epidêmicas, como as décadas de 1850 e 1860, em que a Província foi atingida pela Febre Amarela (1851) e pelo Cólera (1856 e 1862). O Hospital de Caridade prestava atendimento à população pobre e enferma da Província, desempenhando um papel salutar na saúde pública. Tendo em vista a atuação da Instituição e sua importância, intelectuais e estudiosos do século XX dedicaram-se a escrever sobre a mesma, conservando elementos históricos e análises que merecem nossa atenção.

Dentre esses estudiosos que produziram sobre a Santa Casa da Misericórdia, destacamos o livro de Wilson Nóbrega Seixas, *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 anos* (1987), que virou referência nos estudos acerca da Instituição, visto que é o único autor na Paraíba que se debruçou exclusivamente sobre a Santa Casa da Misericórdia e escreveu sobre vários aspectos da sua história. Com uma análise cuidadosa do livro, nos propusemos a perceber problematizações e interrogações a partir do tempo presente e das necessidades contemporâneas.

Na escrita da história, a tarefa de revisitar os clássicos torna-se indispensável para refletir e pensar sobre aquilo que já foi dito e pensado. Em nosso ofício, discutir a produção historiográfica a respeito de nossa temática faz surgir novas interrogações e interpretações a partir de nosso próprio tempo. Portanto, com o surgimento de novas fontes, o distanciamento temporal entre o acontecimento e o indivíduo e a passagem do tempo nos colocam na tarefa de fazer uma releitura da história e a reescrevê-la a partir de nossas dúvidas. Concordamos com Reis, quando ele afirma que “a história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza [...] a história é reescrita porque o conhecimento histórico muda, acompanhando as mudanças da história” (REIS, 1999, p. 09). Novos questionamentos e novas problematizações fazem parte de uma análise historiográfica e do ofício de historiador.

As problematizações e questões a serem discutidas no presente artigo, a partir do livro de Seixa (1987) tem como base as discussões propostas pela História da Saúde e das Doenças, que nos permite pensar a doença em seu caráter social e cultural, indo além das dimensões biológicas da mesma. Perceber a presença das doenças na sociedade, em caráter epidêmico ou endêmico, ressalta as modificações sociais e culturais causadas por elas. Na Parahyba Oitocentista, torna-se evidente as várias facetas das doenças aliadas também a um discurso higienista que tenta modificar o aspecto da cidade e a vê enquanto um espaço civilizador, além de estar intimamente ligada ao ideal de progresso, pois de acordo com a proposta higienista do século XIX, uma cidade salubre e asseada estava cada vez mais próxima de alcançar a civilização<sup>2</sup>. Autoras referências na temática tratada, como PIMENTA (2003), NASCIMENTO & SILVEIRA (2004) e FIGUEIREDO (2008) apontam para a importância de se estudar as doenças e os modos de curá-la.

As narrativas propostas pela História da Saúde e das Doenças se tornaram possíveis devido a renovação da História Cultural, que incorpora em seu arcabouço teórico novas temáticas, como “o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História” (LUCCA, 2005, p. 113). Nesta perspectiva, visando contribuir para o preenchimento lacunar existente nas pesquisas acerca da História da Saúde e das Doenças na Parahyba Oitocentista, a partir dos pressupostos teóricos estabelecidos pela História Cultural, este trabalho tem por objetivo fazer uma análise historiográfica do livro de Wilson Nóbrega Seixas, destacando a perspectiva do autor e entendendo o *lugar social* (CERTEAU, 1982) de produção do discurso, objeto imprescindível numa análise historiográfica para que possamos compreender o momento vivido pelo autor em seu contexto de produção da escrita, bem como em suas escolhas teórica e metodológica.

---

<sup>2</sup> Segundo Martha Abreu. “A expressão civilização foi, certamente, uma das mais utilizadas pelas elites políticas, médicas, jurídicas, literárias e religiosas do Brasil imperial. Como se comentava à época, o país precisava avançar na civilização, aproximar-se das nações civilizadas europeias, implementar medidas civilizadoras. Nos dicionários de época, civilidade significava ‘cortesia’, ‘urbanidade’, ‘polidez’, ‘boa educação’, ‘boas maneiras’, ‘delicadeza’, ‘etiqueta’, ou seja, tudo que se opunha à rusticidade grosseira dos setores sociais mais baixos.” (ABREU, 2002. p. 141-143).

Além de destacar e enfatizar a importância da Santa Casa da Misericórdia da Parahyba para se pensar a história dela em si, o autor também ressalta o entrosamento da Instituição com os negócios públicos da Província, principalmente “porque à sua frente, no cargo máximo de provedor, patenteiam-se figuras da **maior evidência e prestígio** no mundo **político, social, religioso e econômico** durante os períodos colonial, monárquico e republicano” (SEIXAS, 1987, p. 25. Grifos nossos). De certo, o espaço interno da Santa Casa da Misericórdia da Parahyba era alvo de disputas políticas tanto entre a elite política da época, como pelos médicos que atuaram na Província durante o século XIX, principalmente nas décadas de 1850 e 1860, que foram marcadas por epidemias. Helmara Junqueira (2016), em sua tese de doutorado sobre os “loucos e loucas” da Província da Parahyba, aponta para as disputas ocorridas entre a medicina e os políticos/juristas com o objetivo de controlar esses corpos e manter a ordem social. Dessa forma, apontamos também para as possibilidades de disputa entre as elites da Província e os médicos, principalmente em um período que a medicina se institucionalizava e arrogava para si o *status* de científica. Faz-se necessário afirmar, no entanto, que essa elite provincial também era composta por estes médicos que formavam o corpo hígido da Província e que também atuavam em cargos públicos e políticos.

Segal (2014) apresenta a tese de Carvalho (2011 [1996]) em que o mesmo defende a ideia de que a “elite política imperial possuía um caráter homogêneo, uma vez que seus componentes obtiveram uma formação superior com ênfase na formação jurídica” (SEGAL, 2014, p. 49). Dessa forma, entendemos que ambos os autores apontam as Faculdades de Direito, tanto a de Recife como a do Rio de Janeiro, como espaços de sociabilidade de grande relevância para a criação de laços políticos. Pois, inseridos no mesmo espaço de estudos, estudantes provindos de famílias da elite tiveram a oportunidade de congregarem-se com seus pares e ampliarem sua *rede de sociabilidades*. Tanto José Murilo de Carvalho (2011[1996]) como Myraí Segal (2014), que corrobora com o autor citado anteriormente, percebem as Faculdades de Direito como espaços de ampliação dessa rede de sociabilidade, bem como enquanto espaço de poder para a formação de uma elite provincial, local e também nacional.

Em pesquisas paralelas, mas correlatas, ao presente artigo, a documentação disposta e analisada por nós tem mostrado que as Faculdades de Medicina atuaram em conjunto com as Faculdades de Direito para a formação dessa elite, visto que encontramos médicos, advindos da Faculdade de Medicina da Bahia ou do Rio de Janeiro, que ocuparam o cargo de deputado geral, dentre outros médicos<sup>3</sup> que participaram da política a nível local e provincial<sup>4</sup>. Em sua dissertação, Myraí Segal (2017) aponta que dentro do período estudado (1855-1875), três médicos paraibanos ocupam o cargo de deputado geral no Império. São eles José Evaristo da Cruz Gouveia, Manoel Carlos Gouveia e Abdon Felinto Milanez<sup>5</sup>. Dessa forma, levantamos a hipótese de que os médicos que ocuparam cargos políticos, a nível local, provincial e/ou nacional, participaram das decisões políticas e se constituem enquanto elites políticas, neste caso, a nível provincial.

Em se tratando de prestígio político, Wilson Seixas citou de forma frequente a figura política de nome Duarte Gomes da Silveira. De acordo com o autor, Duarte Gomes da Silveira foi um senhor de engenho que empreendeu diversas construções *importantes* e feitos *consideráveis*, dentre eles a fundação da Santa Casa da Misericórdia da Parahyba, quando relata que “cuja obra fora construída pelo seu esforço e pela sua fortuna” (SEIXAS, 1987, p. 51). Com o objetivo de reforçar o discurso, Wilson Seixas citou os escritos de Elias Herckman (1886), em *Descrição geral da Capitania da Paraíba*, em que este autor também afirma a fundação da Santa Casa da Misericórdia da Parahyba pelas mãos de Duarte Gomes da Silveira. Perpassado por um ideal de verdade encontrado no documento, Seixas mostrou-nos uma citação do

---

<sup>3</sup> Mariano (2015) elaborou uma tabela com os médicos atuantes na Província da Parahyba durante o século XIX, com a atuação e formação de cada um deles, de acordo com as informações encontradas na documentação analisada pela autora.

<sup>4</sup> Devemos ressaltar que a política local e provincial também foram importantes para a construção do Estado Nacional, visto que “não podemos compreender as complexidades deste vasto Império, sem olhar cuidadosamente para as diversas províncias que o compunham e para a atuação de suas respectivas elites políticas que, por menos representativas que fossem, não podem ser relegadas pela historiografia” (SEGAL, 2017, p. 187).

<sup>5</sup> Antes de tornar-se deputado geral pela Província da Parahyba, Abdon Felinto Milanez ocupou o cargo de deputado provincial nas legislaturas de 1864-1865;1866-1867;1868-1869;1878-1879;1880-1881. De acordo com Myraí Segal (2017), a maioria dos deputados gerais advindos da Parahyba passavam anteriormente pela Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba, que “pode ser entendida como um canal importante para se chegar à Câmara dos Deputados e, ao mesmo tempo, uma espécie de “filtro”, já que muitos políticos não conseguiram projeção nacional” (SEGAL, 2017, p. 76).

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, em que aponta Duarte Gomes da Silveira sendo sepultado na Igreja da Misericórdia da Parahyba, a qual foi instituidor<sup>6</sup>.

Ao longo das páginas do seu livro, Seixas dedicou-se a traçar uma pequena parte da trajetória de Duarte Gomes da Silveira, retratando os fatos que por ele foram considerados importantes. Traços da trajetória de Duarte Gomes da Silveira, como ser filho de “portugueses e distintos colonos pernambucanos”<sup>7</sup> (SEIXAS, 1987, p. 35), bem como ter adquirido matrimônio com Eugênia Tavares, filha de João Tavares, primeiro governador da Paraíba, nos indicam o prestígio social e político que o indivíduo desfrutara.

Não obstante, Wilson Seixas registrou em seu livro a participação efetiva de Duarte Gomes da Silveira nas guerras holandesas, citando outros autores, como Maximiliano L. Machado e Cláudio Santa Cruz Costa, para construir a narrativa das lutas e motivos que levaram o fundador da Santa Casa da Misericórdia da Parahyba a fazer uma aliança temporária com o governo holandês. Para Seixas, Duarte Gomes da Silveira era um “homem rico, bom e progressista, se acomodou logo com o novo regime que para muitos, odioso, mas para ele tinha outro objetivo qual seja o de salvar todos os seus bens acumulados na terra paraibana” (1987, p. 92). A partir das questões postas, percebemos que as concepções de Wilson Seixas estavam galgadas na história dos grandes homens e da construção de personagens heroicos, como é o caso do Duarte Gomes da Silveira, em que o autor o coloca enquanto um grande homem que muito fez pela Capitania da Parahyba.

Em se tratando do Hospital de Caridade, Seixas apontou que antes de sua construção, no período colonial, o atendimento acontecia em casas particulares, voltado aos doentes e pobres e a operários e soldados (SEIXAS, 1987). Caracterizado por ele como precário, esse *regime domiciliar* “foi substituído, mais tarde, por um Hospital

---

<sup>6</sup> A citação do documento encontra-se na página 52, do livro Santa Casa da Misericórdia da Paraíba – 385 anos. Para consulta direta na documentação, de acordo com Seixas, o documento encontra-se na Caixa II do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

<sup>7</sup> De acordo com Seixas, Duarte Gomes da Silveira “nasceu em Olinda, cerca de 1555, filho de Pedro Alves da Silveira e Maria Gomes da Silveira” (SEIXAS, 1987, p. 35).

situado nas vizinhanças onde está ainda hoje a Igreja da Misericórdia<sup>8</sup>” (SEIXAS, 1987, p. 65). O autor, então, fez uma breve investigação a respeito do início da construção do Hospital de Caridade, apontando que a referência mais antiga que se conhecia, até o momento, era a apresentada pelo provedor da Santa Casa, na época o Antônio José dos Foyos, que foi apresentado à Mesa Administrativa, em que “expõe com fidelidade, a lastimável ocorrência e a situação de miséria em que se encontrava o referido Hospital, cujo prédio fora totalmente destruído na invasão holandesa” (SEIXAS, 1987, p. 67).

Dentro do Hospital de Caridade, de acordo com Wilson Seixas, trabalhavam nele, “além do médico (clínico), dois cirurgiões, um sangrador, um enfermeiro e dez escravos. Havia no Hospital um capelão da agonia e uma botica para fornecimento de remédios” (SEIXAS, 1987, p. 68)<sup>9</sup>. Algo que chama a atenção, enquanto historiadores que se debruçam sobre a História da Saúde e das Doenças, é a presença de uma botica nas proximidades do Hospital, com o intuito de fornecer medicamento para o tratamento/cura dos enfermos que iam a esse local em busca de alívio. De acordo com Figueiredo (2008), as boticas eram espaços destinados a venda de remédios, em que se encontravam os boticários a postos para manipular as fórmulas dos remédios requeridos pela população, bem como também para indicar a fórmula mais indicada para curar o mal súbito que acometeu o enfermo. Além disso, Figueiredo (2008) também destaca outro ponto importante para se pensar o espaço da botica, que estava além de um estabelecimento que visava somente a venda de remédios, mas que se tornou, ao longo do século XIX, espaços para

se encontrar, para se reunir e tratar de assuntos variados: dos acontecimentos do dia, da vida da cidade, da vida alheia, dos planos para o futuro: acordos, tramas, planos e ação. Quem casou com quem? Quem brigou com quem? [...] Para outros observadores as farmácias ganhavam prestígio social e significavam espaço de encontro para os homens eruditos, homens da política, homens de destaque social, enfim, as elites (2008, p. 154).

Além disso, Seixas também apontou a necessidade de médicos para atender a população que ia até ao Hospital. Em épocas coloniais, o governador da Capitania da

---

<sup>8</sup> A Igreja da Santa Casa da Misericórdia está localizada, hoje em dia, entre a rua Duque de Caxias e a rua Visconde de Pelotas, no centro de João Pessoa. De acordo com Alves (2018), o Hospital de Caridade existiu até o começo do século XX, quando foi transferido para uma região conhecida como Sítio da Cruz do Peixe, e estava localizado aos fundos e ao lado do templo.

<sup>9</sup> O autor, no entanto, não relatou o nome dos médicos ou da equipe que compuseram o Hospital, somente os cargos que compunham o Hospital.

Parahyba indicou o nome do médico José Dias Tourinho para que o mesmo fosse responsável por sanar as necessidades de cuidados em relação à saúde do povo. É interessante destacar que Wilson Seixas deixou explícito em seus escritos que o doutor José Dias Tourinho não foi o primeiro médico na Capitania da Paraíba. Seixas, então, citou Heronides Coelho Filho (1983), em seu livro *Psiquiatria no país do açúcar*, quando afirma que o mesmo presume que Ambrósio Fernandes Brandão tenha sido o primeiro médico a pisar em solo paraibano.

Já Oscar Castro (1945), em *Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução*, concluiu que não é possível pensar no exercício da medicina na Parahyba antes da presença de João José Innocencio Poggi, pois “tudo se torna embaçado e confuso” (CASTRO, 1945, p. 35). De acordo com Castro (1945), Poggi foi o primeiro médico licenciado a atuar na Província da Parahyba, mas afirmou que haviam referências a um suposto médico português que o antecede, de nome José Pimenta Lacerda. É necessário ressaltar que Wilson Seixas, ao relatar a presença de médicos como o José Dias Tourinho ou até o Ambrósio Brandão, silenciou ao longo de seus escritos sobre o José Pimenta Lacerda, bem como também não citou o João José Innocencio Poggi como possível primeiro médico. É interessante pensar nas discrepâncias de narrativas construídas entre esses memorialistas, para entendermos o caminho que a medicina e os médicos que aqui atuaram, traçaram. Não é possível, por ora, saber o que levou o Wilson Seixas a não pontuar, falar ou citar as questões postuladas acima. O mesmo também não se utiliza dos escritos de Oscar Castro, escrito anterior ao seu, para discutir acerca da participação efetiva dos médicos na vida da Província.

Dando continuidade a discussão feita pelo autor a respeito do Hospital de Caridade, o mesmo se utiliza dos relatórios de provedoria apresentados à Mesa Administrativa para noticiar a visita do Imperador D. Pedro II à Santa Casa da Misericórdia da Parahyba. Após visitar a Igreja da Misericórdia, D. Pedro II também visitou o Hospital da Caridade e, de acordo com a documentação transcrita por Wilson Seixas, doou seis contos de réis (6.000\$000) para que o Hospital pudesse ser ampliado. No entanto, Wilson Seixas relata que

apesar das recomendações do emprego que se devia fazer da mencionada importância, a obra não foi imediatamente executada, como era de esperar. O presidente da Província, de cuja administração dependia a Santa Casa, viu-se na obrigação de lançar mão de tal donativo para acudir a outras necessidades da Província (SEIXAS, 1987, p. 73).

O donativo de seis contos de réis doados pelo Imperador D. Pedro II, explica Seixas, foi destinado para melhorar a enfermaria em que eram tratadas as mulheres enfermas. No entanto, a Mesa Administrativa concluiu que o valor era insuficiente para cobrir todos os custos da obra que necessitava ser feita. Dessa forma, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia da Parahyba empresta o valor para a Província, para que fosse paga com juros, aumentando assim o valor recebido.

No entanto, a medida citada acima foi adotada pelo provedor Francisco de Assis Pereira da Rocha. De acordo com Wilson Seixas, seu sucessor, o padre Lindolpho Correia das Neves, não seguiu tal recomendação e iniciou a obra referente à enfermaria feminina. Esse episódio existente entre os Provedores da Santa Casa da Misericórdia demonstra as diferenças administrativas que podiam existir entre eles, bem como as disputas políticas que podiam levá-los a tomar decisões diferentes diante da mesma situação.

Já relatado em parágrafos anteriores, Wilson Seixas apontou o cargo de Provedor, da Santa Casa da Misericórdia, enquanto um cargo que era ocupado por figuras consideradas importantes e ilustres no mundo político, social, econômico e religioso. De acordo com o autor, o cargo de Provedor exigia o título de fidalgo ou nobre, para que se utilizasse o prestígio da nobreza “em favor da instituição que dirigia, a qual tanto necessitava do amparo do governo e dos que possuíam bens de fortuna” (SEIXAS, 1987, p. 129). Posterior a Seixas, Miranda (2013) relata a importância do cargo de Provedoria nas Santas Casas da Misericórdia, pois

desde os tempos coloniais, integrar os quadros das Misericórdias no Brasil, principalmente o cargo de Provedor, possibilitava às camadas privilegiadas da sociedade colonial tanto o aumento de prestígio social, quanto o acesso aos negócios lucrativos e outros benefícios em proveito próprio e de seus familiares (MIRANDA, 2013, p. 92).

A importância, tanto do cargo como dos homens que o ocuparam, evidencia-se com a longa lista de Provedores da Santa Casa da Misericórdia que Wilson Seixas retratou em seus escritos. Segundo Seixas, foram vários os nomes que passaram pelo cargo mais alto da Instituição, alguns dos quais mereceram “uma referência especial pelo papel que representaram em favor do desenvolvimento a que está destinado a Santa Casa” (1987, p. 129). Com base numa lista elaborada pelo padre Lindolpho José Correia das Neves dos provedores da Santa Casa da Misericórdia, Wilson Seixas citou cada um deles e a data da sua respectiva atuação, no período de 1694 até 1908. Em alguns casos, Seixas explorou de forma breve a trajetória dos indivíduos citados, evidenciando seus feitos, os cargos que ocuparam ao longo da vida, entre outros. Seixas não aprofundou as discussões a respeito das funções que cabiam ao cargo de Provedor, mas Junqueira (2016) relata que

Os Provedores, por sua vez, reclamavam insistentemente da falta de recursos para o hospital e da diminuta subvenção oferecida pelo Thesouro Provincial, mas remendavam sugerindo compreender a sempre “difícil” situação econômica da Província (JUNQUEIRA, 2016, p. 126).

É sabido, dessa forma, que as cobranças em relação aos recursos necessários para manutenção do Hospital da Caridade à Província era tarefa cabida a estes homens, que, como explicitou Seixas, podiam se utilizar de sua influência e prestígio para reivindicar melhorias.

Outro aspecto que nos chama atenção nos escritos de Wilson Seixas é a breve discussão que ele dedicou, ao tratar a respeito da epidemia de cólera que atingiu a Província, na década de 1850. Ao tratar da construção do cemitério do Senhor da Boa Sentença, Seixas relatou a presença do cólera-morbus na Província e a medida tomada para “repelir o mal pela via marítima”: a construção do Lazareto na Ilha da Restinga<sup>10</sup>. A construção de Lazaretos estava intimamente ligada com a percepção de como a doença era propagada, se através de contágio ou de infecção, pois o combate a epidemia se daria de acordo com a visão dos médicos e das autoridades (CHALHOUB, 1996;

---

<sup>10</sup> Este não é o primeiro Lazareto criado na Província da Parahyba. No relatório do Presidente de Província de 1850, encontramos o presidente da época, José Vicente de Amorim Bezerra, deliberando acerca da construção de um Lazareto na Ilha do Tiriri.

DINIZ, 2011). No entanto, durante a segunda metade do século XIX, as discussões giravam em torno da transmissão das doenças, se eram infecciosas ou contagiosas. Pois

essa polêmica sobre o caráter contagioso ou infeccioso de uma doença epidêmica não era do interesse apenas dos homens dedicados ao ‘progresso da ciência’. Tinha implicações que extrapolavam os limites puramente acadêmicos, envolvendo interesses econômicos, sociais e políticos (DINIZ, 2011, p. 81).

Os embates entre os infeccionistas e os contagionistas a respeito da transmissão das epidemias tornavam-se cada vez mais profícuos. De um lado, os contagionistas que recomendavam “medidas como quarentenas para navios que chegavam ao porto e isolamento rigoroso dos doentes em hospitais estabelecidos em locais distantes do centro da cidade” (CHALHOUB, 1996, p. 65). Do outro, os infeccionistas que consideravam “tais providências ineficazes, e advogavam medidas mais abrangentes para transformar as condições locais e impedir a produção das temidas ‘emanações miasmáticas’” (CHALHOUB, 1996, p. 65).

É válido destacar que Wilson Seixas não discutiu a respeito das disputas entre as duas percepções citadas acima, se existiam ou se ambas as visões coexistiam. O autor, ao discorrer sobre a presença da epidemia na Província, evoca um discurso em que exaltou a atuação do governo, colocando-o como solícito e presente para atender as necessidades da população. Seixas não pontuou a presença da febre amarela na Parahyba, nos anos de 1851-52, nem tampouco escreveu a respeito de outras doenças que atingiram a Província, como é o caso da varíola, também conhecida como *bexiga*, sobretudo nas décadas de 1870 e 1880.

Wilson Seixas, quando cita a epidemia de cólera em seu livro, estabelece uma conexão com os cemitérios, devido ao sobressalto no número de mortes. O autor descreveu a criação do cemitério do Senhor da Boa Sentença, em que “antes da construção deste estabelecimento, a inumação dos mortos se faziam distintamente nas catacumbas do antigo cemitério, então existentes, em torno da Igreja da Misericórdia da Paraíba” (SEIXAS, 1987, p. 179). Todavia, ao discutir sobre a criação do cemitério e a

proibição de enterramentos na Igreja, Seixas não explicitou os motivos que levaram a tais mudanças.

Em se tratando do século XIX, a institucionalização da medicina a levou a advogar sobre diversos espaços, inclusive o religioso. Enquanto reorganizadora do meio, as doenças, dentre elas as epidêmicas, são responsáveis por modificações que abalam os costumes e hábitos de uma população. Em épocas epidêmicas, principalmente, medidas são propaladas a todo vapor para conter e evitar o alastramento da epidemia. Isto posto, ressaltamos que os enterramentos e rituais católicos também foram afetados na dinâmica de reordenação. Os enterramentos mais simplórios, destituídos de sua pompa, e “sem grande demora” era devido ao medo dos miasmas, que podiam ser os propagadores da epidemia. Dessa forma, acreditava-se que os corpos putrefatos, ao serem enterrados no espaço interno da Igreja, deixariam pairar no ar os miasmas, que levariam a contaminação da população *sã*.

A partir dos escritos de Wilson Seixas sobre a Santa Casa da Misericórdia da Parahyba, entendemos o *lugar social* de produção do discurso do autor, ponderando a respeito de suas impressões e registros. Destacamos novamente a importância de sua produção, que deve ser estudada e analisada, bem como servir de fonte para se debruçar sobre as pesquisas a respeito da Santa Casa da Misericórdia. A narrativa construída pelo autor a respeito da Santa Casa da Misericórdia da Parahyba é pautada em uma história tida enquanto oficial, que evoca os considerados grandes homens e os grandes fatos da Instituição.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 141-143.

ALVES, Gerlane Farias. **A administração da loucura: a Santa Casa da Parahyba do Norte no tratamento dos alienados (1858-1892)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 [1996].

CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba: flagrantes de sua evolução**. João Pessoa: A União, 1945.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Medicina e curandeirismo no Brasil**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2011.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A Arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

Herckman, Elias. **Descrição geral da Capitania da Parahyba**. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, tomo V, n. 31. Recife: Typographia Industrial, 1886, p. 239-288.

JUNQUEIRA, Helmara Giccelli Formiga Wanderley. **Doidos[as] e doutores: a medicalização da loucura na província/estado da Parahyba do Norte 1830-1930**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org<sup>a</sup>). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)**. João Pessoa: Ideia, 2015.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A doença revelando a história: uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene

Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004, 13-30.

PIMENTA, Tânia Salgado. **O exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)**. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 2003.

REIS, João Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 anos**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987.

SEGAL, Myraí Araújo. **Nas teias do poder: as elites paraibanas e a construção do Estado Nacional Brasileiro (1840-1889)**. Monografia (Graduação em História) – João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2014.

SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços de autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)**. Dissertação (Mestrado em História) - João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2017.